Ribeirão Preto (SP)

A12

'Caçada' a hacker da Lava Jato por estelionato termina após 12 anos

Walter Delgatti Neto foi notificado neste mês, na prisão, de ação iniciada em 2012 sobre um golpe na compra de alianças

HEITOR MAZZOCO

A Justiça paulista conseguiu, 12 anos depois do começo de uma ação por estelionato, notificar Walter Delgatti Neto sobre processo que ele enfrenta na 5.ª Vara Criminal de Ribeirão Preto (SP) por suposto golpe na compra de um par de alianças na cidade do interior. O advogado Ariovaldo Moreira, que defende o hacker, foi procurado e disse que vai analisar o processo.

De acordo com os documentos, Delgatti Neto teria comprado alianças no valor de R\$ 2,3 mil, divididos em sete parcelas no cartão de crédito. Posteriormente, contestou a compra e obteve o estorno. De posse de ima-gens do dia da venda, a loja registrou ocorrência contra o hacker após tentar encon-

que impactam os seus

SEGUNDAS-FEIRAS

TODAS AS

trá-lo para solucionar o caso.

O episódio ocorreu em 2010 e a denúncia da Polícia Civil foi realizada no ano seguinte. Segundo o processo, a ação inicial foi protocolada no dia 18 de fevereiro de 2012.

DENÚNCIA. Delgatti Neto está preso em Araraquara (SP) desde agosto do ano passado, em decorrência dos desdobramentos de uma investigação que apura a invasão de sistemas do Poder Judiciário. Nesta semana, ele foi denunciado, junto com a deputada Carla Zambelli (PL-SP), sob acusação de invasão do sistema do Conselho Nacional de Justica (CNJ), no qual foram incluídos indevidamente alvarás de soltura e um mandado falso no qual o ministro do Supremo Tribunal Fede-ral (STF) Alexandre de Moraes determina a própria prisão.

Conhecido como "hacker da Lava Jato", Delgatti Neto foi notificado do caso de estelionato na penitenciária da cidade no último dia 10, segundo documento assinado por uma oficial de Justiça e apresentado ao juiz criminal no dia 16.

Por anos, porém, sem que os



Delgatti invadiu celulares de procuradores da Lava Jato e de Moro

oficiais de Justiça conseguissem encontrar Delgatti Neto nos endereços disponíveis, o processo ficou parado, até meados do ano passado. A primeira tentativa de notificá-lo da ação para apresentar defesa

Denúncia Nesta semana, hacker foi denunciado, junto com Carla Zambelli, por invasão

do sistema do CNJ

ocorreu por meio de uma carta precatória expedida em maio de 2012. Em vão. Já em fevereiro de 2013, a juíza Ilona Marcia Bittencourt Cruz determinou a citação por edital, o que ocorreu. No entanto, o Ministério Público pediu suspensão da ação diante do fato de Delgatti Neto não apresentar sua defeseguiu notificá-lo sobre a ação por estelionato. O hacker foi solto em julho de 2023 com tornozeleira eletrônica, mas, no mês seguinte, foi capturado mais uma vez na investigação da Polí-

co Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). A denúncia

desta semana que atinge Delgatti Neto e Zambelli é relativa a esse inquérito. PRISÃO. A Justiça paulista ten-

na Operação Spoofing. Em outubro de 2020, Del-

gatti Neto ganhou liberdade condicional, mas voltou a ser detido em junho de 2023 por desobedecer à Justiça e aces-

sar a internet. Mesmo com essas prisões, a Justiça não con-

cia Federal que apura inva-são dos sistemas do CNJ e a

inserção de documentos e al-

varás de soltura falsos no Ban-

tou localizá-lo novamente em janeiro de 2023, meses antes da prisão e, novamente sem sucesso, o processo foi suspenso em fevereiro. A ação ficou parada por mais um ano e voltou a ser movimentada em março deste ano. No dia 1.º de abril, houve nova tentativa frustrada de notificá-lo, quando ele estava na penitenciária. É que uma oficial de Justiça informou não ter cumprido o mandado "em razão da falta da denúncia anexa" ao documento. Sanado o problema, a notificação ocorreu finalmente no dia 10 deste mês.

A pena prevista para o crime de estelionato é de um a cinco anos de reclusão e multa. A Justiça apontou que o caso do hacker prescreverá em janeiro de 2026 se a ação não for concluída até lá. •

Gonet quer aprofundar apuração sobre Monark

A suspensão da ação, determinada em maio de 2013, ocorreu com base no artigo 366 do Código de Processo Penal (CPP). "Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva", diz trecho da lei.

O trâmite voltou a ser realizado só em 2022, quando a Justiça tentou notificá-lo mais uma vez. À época, Delgatti Neto já havia entrado no centro da política nacional. Isso porque, em 2019, ele assumiu ter invadido celulares de procuradores do Ministério Público Federal e do ex-juiz Sérgio Mo-ro, daí o apelido de "hacker da Lava Jato". Ele foi preso pela primeira vez em julho de 2019,







ESTADÃO A

PEPITA ORTEGA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, requereu à Polícia Federal a realização de novas diligências antes de decidir se denuncia ou não o influenciador Bruno Aiub, o Monark, suspeito de crime de desobediência. A manifestação se dá após a PF finalizar as investigações sobre a conduta de Monark, indicando que ele "continua propagando discurso antidemocrático nas redes sociais", mesmo depois de o Supremo Tribunal Federal determinar o bloqueio de seus perfis em plataformas.

Em parecer enviado ao Supremo, anteontem, Gonet destaca que os elementos colhidos pelos investigadores até agora apontam que Monark "vem desobedecendo, de modo reiterado, decisão judicial que lhe impôs medida cautelar de suspensão do direito de publicação, promoção, replicação ou compartilhamento de notícias fraudulentas".

ESCLARECIMENTOS. Apesar disso, o chefe do Ministério Público Federal sustenta que "indícios consistentes de materialidade e autoria delitivas" ainda demandam esclarecimentos. Segundo Gonet, são necessárias medidas instrutórias complementares para "exaurimento da hipótese criminal e a formação da convicção ministerial". Por isso, o procuradorgeral pediu que o inquérito seja devolvido à PF para a realização de algumas diligências.



